

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MARCELO DE SOUZA LOBO

Trabalho Temático apresentado às disciplinas do 1º semestre do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

SÃO PAULO

2018

O impacto da crise, a confiança nos valores tradicionais e a expectativa na moratória

No transcorrer de um período de transição entre a República Velha (1889–1930) e a Era Vargas, a peça “A Moratória”, de Jorge Andrade vem abordar um período de mudanças de caráter econômico e político no país que influenciará alterações na sociedade, bem como nas relações sociais e familiares dos envolvidos nesse processo de transformação. No desenrolar do enredo, Jorge Andrade, nos apresenta duas camadas de tempo que vão se entrelaçando mutuamente, configurando um conflito dos personagens, expresso pela família de Joaquim, e caracterizado pela divisão do cenário em dois planos: o primeiro plano, marcado pelo momento de expectativa de recuperar a fazenda, devido a declaração da moratória pelo governo de Getúlio Vargas e, o segundo plano, marcado pela angústia da perda da fazenda e a necessidade de se adaptar a um novo processo social em transformação. Esses conflitos podem ser tratados como um reflexo dos desdobramentos oriundos dos processos de mudança que vinham acontecendo nesse período. A decadência de uma elite do café, resultante da crise econômica de 1929 e do fim da política do “café-com-leite”, com o advento do governo de Getúlio Vargas, por meio da Revolução de 1930 e do apoio da elite gaúcha. A crise de 1929 foi um fato preponderante para a derrocada do sistema oligárquico que ditava os rumos do país até então. A valorização do cultivo do café, após a Primeira Guerra Mundial, resultou num aumento desse produto que começou a dar produção um pouco antes da crise de 1929, e que teve um enorme impacto com a decorrência da crise, resultando na queda do preço do café e por consequência, na economia nacional. Pode-se destacar como outro aspecto importante para o agravamento dessa crise a resistência à mudança nos modos das relações comerciais, persistindo num modelo tradicional no tratamento dessas relações, baseadas na confiança, na honestidade e na venda a prazo em momento de crise financeira. Como salienta Décio de Almeida Prado, no prefácio da obra, ao tratar sobre o modo de trabalho desses fazendeiros: “O trabalho era concebido como uma atividade física, cansativa, mas excitante, sem obedecer, contudo, a disciplinas rígidas, a planos e horários preestabelecidos, a **demoradas operações financeiras.**” (ANDRADE, p.10, grifo nosso). Apesar das tentativas do governo Vargas em propor medidas que minimizassem o impacto da crise na economia nacional e, por consequência, auxiliassem na recuperação financeira dos produtores agrícolas, em sobretudo, os produtores de café, principal produto exportador do país, não foram suficientes para impedir que diversos produtores fossem à falência.

Atravessa-se o período de 1929. A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que à primeira vista, pensou-se ser um fenômeno passageiro, demonstra sua “intensidade e atinge agora a sociedade capitalista como um todo, passando do econômico para o social e o político.” (CARONE, 1991, p.11). Caracterizando-se, em aspectos gerais, como uma superprodução, devido ao avanço do processo industrial, uma elevação dos preços das matérias-primas e uma presença cada vez maior de países capitalistas em suas colônias, intensificando uma expansão de uma classe burguesa no processo de dominação econômica e influência política de suas colônias. Em contraposição a essa superprodução, há uma queda no consumo, culminando numa desaceleração da produção, dos processos de produção e das matérias-primas. É nesse contexto que está inserida a família do fazendeiro de café, Joaquim, bem como toda a oligarquia cafeeira de São Paulo, que juntamente com a oligarquia dos fazendeiros de Minas Gerais, revezavam no comando do governo central do país, formando a conhecida política do “café-com-leite”. Jorge Andrade apresenta em sua obra a influência que a crise de 1929 teve sobre os produtores de café, levando muitos à falência. O Brasil, grande exportador de café, cuja economia se fundamentava, principalmente, para a exportação de matérias-primas, tendo o café seu principal produto, sendo este o responsável por 60 a 70% do valor da exportação brasileira, sofreu o impacto dessa crise mundial, como demonstra Carone (1991, p.11)

Esta situação se traduz na baixa de preços dos produtos industriais, das matérias-primas e, conseqüentemente, do comércio mundial.

A crise de 1929 atinge, em primeiro lugar, os países produtores e exportadores de matérias-primas, situação que se agrava mais entre 1930 e 1931. Assim, nestes anos, o preço do café cai em 43% [...]

Essa crise atinge profundamente o Brasil, e seu maior produto exportado, o café. Joaquim se vê endividado, tendo que recorrer a empréstimos para saldar suas dívidas, como notamos na passagem em que Helena questiona Joaquim se ele foi falar com Elvira, a irmã, para pedir-lhe mais um empréstimo.

“Helena: Falou com Elvira?”

Joaquim: (Contraí-se) Não.

Helena: Quer que eu fale?

Joaquim: Não temos nada a falar com ela.

Helena: Mas, Quim, nós não podemos continuar assim!

Joaquim: Eu sei o que faço.

Helena: É apenas um empréstimo.

Joaquim: Não chegamos ainda ao ponto de esmolar.” (ANDRADE, 2002, p.34)

Percebe-se, também, a presença da crise de 1929 na seguinte fala de Joaquim, sobre a queda do preço da saca de café:

“Joaquim: E para completar: estes preços!

Helena: (Aflita) Caíram mais?

Joaquim: Espero que não.” (ANDRADE, 2002, p.34)

Nota-se, portanto, pelas inferências na fala de Joaquim, como representante dessa oligarquia cafeeira na obra de Jorge Andrade, o impacto que essa crise econômica trouxe, significativamente, à economia de países exportadores de matérias-primas, como o Brasil. Outro fator preponderante para o agravamento desse impacto na economia cafeeira é o modo como os produtores de café lidavam com questões ligadas à comercialização de seus produtos. Este modo se contrapunha a uma nova ordem de relações comerciais que, por sua vez, se opunham ao modelo tradicional e praticado por antigos fazendeiros, como Joaquim. Suas relações comerciais eram baseadas na confiança e na honestidade, como observamos na passagem em que Joaquim espera receber certa quantia de Arlindo por vender a prazo.

“Joaquim: Tenho dinheiro a receber com o Arlindo.

[...]

Helena: Quero ajudar. Não suporto mais esta incerteza. Afinal, você entregou o café ao Arlindo e até hoje nada!

Joaquim: Entre dois homens de bem, a palavra empenhada basta.

Helena: Vender café a prazo nesta situação é perigoso, Quim!

Joaquim: Não há perigo nenhum. As coisas não são feitas assim como você pensa. O que podem me fazer? Tenho os meus direitos. Quando receber o dinheiro do Arlindo, pago os débitos e pronto.” (ANDRADE, 2002, p.35-36)

Uma nova ordem se caracterizava por uma maior burocratização das relações comerciais, em que a confiança, prática costumeira nas relações comerciais entre antigos produtores, cede espaço a uma relação mais formal, onde o contrato, o registro de transações

comerciais, garantia uma futura segurança de receber de seus devedores. Essa resistência a esse novo tratamento que as relações comerciais exigiam é notado na fala de Joaquim, em conversa com Helena, em que demonstra sua resistência a essa nova ordem de relações.

“Joaquim: Darei um jeito com o Banco.

Helena: Não gosto de Banco.

Joaquim: Eu também não, mas, que vamos fazer!

Helena: Já devemos ao Banco.

Joaquim: Minha fazenda é uma garantia.” (ANDRADE, 2002, p.36)

Em outra conversa entre os dois, percebe-se Helena, demonstrando a Joaquim, que não acompanharam as mudanças advindas com o processo da modernidade, ficando “presas” aos modos tradicionais.

“Helena: Nós nos afastamos de todos, Quim. Não frequentamos nada!

[...]

Helena: (Sorri) Nós não saímos daqui, não acompanhamos nada. Antes, as reuniões eram feitas nas fazendas! Hoje, são feitas na cidade... e estivemos sempre longe de tudo!

Joaquim: Fizemos muito bem.

Helena: A verdade, Quim, é que não evoluímos!” (ANDRADE, 2002, p.162-163)

Como modo de minimizar a influência da crise de 1929 sobre os produtos agrícolas, sobretudo o café, devido sua produção ser destinada preferencialmente ao mercado externo, o governo de Getúlio Vargas concede moratória às dívidas contraídas por fazendeiros. Joaquim, após perda de sua fazenda, vê sua esperança reascender ao ler a notícia no jornal de que o governo de Vargas concederia moratória por 10 anos para pagamento da dívida.

“Joaquim: (Primeiro Plano) Moratória! Moratória, minha filha!

Lucília: (Primeiro Plano) O que é isto?

[...]

Joaquim: (Primeiro Plano) Prazo! Prazo! De dez anos aos lavradores.” (ANDRADE, 2002, p.83)

Contudo, como visto posteriormente, a prometida moratória aos latifundiários endividados não se efetivou e outras medidas empregadas pelo governo, como por exemplo, a formação de institutos, como o Departamento Nacional do Café, que permitiu que o governo estipulasse o preço da safra, “a qualidade do produto a ser adquirido, a forma de ser comprado etc.” (CARONE, 1991, p.16), bem como a compra de sacas de café e queima de parte dos excedentes dessas sacas, resultou apenas em decisões paliativas que, se por um lado diminuíram os impactos da crise momentaneamente, não conseguiram salvar da falência diversos produtores agrícolas, inclusive os latifundiários do café, como Joaquim. Essa medida de auxílio do governo federal, bem como medidas tomadas pelos fazendeiros, não surtiu o resultado esperado de recuperação econômica, como aponta Carone (1991, p.16-17)

Os preços baixos e o excesso de produção impedem que haja melhoria de suas condições. E mesmo a baixa dos salários agrícolas, em mais de 40%, de nada adianta; como de nada adianta os fazendeiros despedirem milhares de famílias; ou abandonarem parte de suas extensíssimas plantações – café, cana etc. -, [...] o que acontece é os fazendeiros encontrarem-se em situação financeira crítica e serem obrigados a entregar as suas terras aos bancos ou usurários.

Diante do cenário da crise de 1929 e seu impacto, sobretudo nos países que tinham sua base econômica na exportação de matéria-prima, nota-se, através da obra de Jorge Andrade que, mesmo com as medidas tomadas pelo governo federal como forma de auxílio aos produtores agrícolas, em destaque, aos fazendeiros do café, não conseguiram alcançar resultados que fossem favoráveis a estes produtores. Muitos foram à falência, tendo suas terras postas à praça, como demonstrou Andrade na trajetória de sua peça, na figura de Joaquim. A velha oligarquia cafeeira, que antes determinava os rumos do país, através de sua presença no comando do governo central, alternado com a oligarquia de Minas Gerais, agora se vê atingida por uma crise internacional, a qual, nem todos conseguiram superar. Aqueles que ainda persistiam em não se adequar as novas práticas de relação com o mercado, mantendo-se firmemente enraizados a uma tradição firmada na confiança da palavra, foram os primeiros a sentirem o peso da crise. Apesar de certas iniciativas do governo de Vargas para minimizar a crise, a concessão da moratória, que trouxe esperança aos fazendeiros endividados de retornarem às suas terras e às suas produções agrícolas, não se efetivou, demonstrando o rompimento da velha política do “café-com-leite” com o poder central, que se encerrou com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

REFERÊNCIA

ANDRADE, Jorge. **A Moratória**. 16. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

CARONE, Edgard. **Brasil: anos de crise (1930-1945)**. São Paulo: Editora Ática, 1991.